



ATA DA REUNIÃO Nº 009 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ESTADO DO PARANÁ – CAU/PR, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2012, NA SALA DE EVENTOS DO FULL JAZZ HOTEL, NESTA CIDADE DE CURITIBA-PR

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

Aos dois de julho do ano de dois mil e doze, às doze horas e trinta minutos (12:30 horas), na Sala de Eventos do Full Jazz Hotel, localizado na Rua Silveira Peixoto, nº 1297, Batel, nesta cidade de Curitiba, PR., realizou-se a Sessão Ordinária nº 009/2012, do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista Jeferson Dantas Navolar – Presidente do Conselho, tendo como Secretária Ad hoc eu, Claudia C. Taborda de S. Lobo. A Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos(as) e Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL, CARLOS HARDT, DALTON VIDOTTI, LUIZ BECHER, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, ORLANDO BUSARELLO, CLÁUDIO FORTE MAIOLINO, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO e BRUNO SOARES MARTINS.**

Ficou justificada, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do CAU/PR, a ausência do Conselheiro Titular Arquiteto e Urbanista **RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA.**

Participaram da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas **JOÃO CARLOS DIÓRIO e ADOLFO SAKAGUTI**, bem como o Conselheiro Federal o Arquiteto e Urbanista **LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO** e seu suplente **LUIZ SALVADOR PETRUCCI GNOATO.**

Presentes, ainda, nesta Sessão os Assistentes contratados, a saber: o Jornalista Antônio Carlos Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Advogada e Arquiteta e Urbanista Cláudia Cristina Taborda de Souza Lobo (Assessora Jurídica), o Engenheiro Civil Hélio Botto de Barros (Assessor de Planejamento) e, Gláucia Sales Jacob, (Secretária Geral).

I-QUÓRUM – Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão, os quais constaram do seguinte:

II ATA DA SESSÃO ANTERIOR Colocada em discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade a Ata correspondente à Sessão Ordinária nº 008/2012, de 28/05/2012.

III PAUTA: Apresentada e colocada em votação foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária nº 009/2012, nona reunião ordinária de 2012 do CAU-PR.

IV. ORDEM DO DIA:

1 Apresentação das correspondências:

1.1.1 **Correspondências recebidas:** apresentada a lista de correspondências recebidas, sendo 05(cinco) oriundas do CAU/BR e 15(quinze) de diversos remetentes.

1.1.2 **Correspondências expedidas:** apresentadas as listas de correspondências expedidas, sendo que dessas, 00(nenhuma) foi destinada ao CAU/BR e 19 (dezenove) a destinatários diversos.

2. ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL.

2.1 Relato Comissão Sede:

O presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR iniciou sua fala trazendo a questão da futura sede do CAU/PR informando que o valor do aluguel do imóvel da Augusto Stelfeld seria de R\$12.000,00 (doze mil reais) com adicional de R\$5.000,00 (cinco mil reais), para reformas, sendo que inicialmente havia sido acordado que haveria carência para pagamento nos primeiros meses. Porém, o contrato apresentado pelos locadores veio,



48 inicialmente, sem carência e após negociação, esses concordaram com carência de apenas
49 trinta dias. O parecer do jurídico do CAU/PR não concordou com a carência oferecida. Não
50 foi apresentada planilha de serviços. Com a palavra o conselheiro suplente ADOLFO
51 SAKAGUTI descreveu a o imóvel em questão, colocando que com pequenas intervenções o
52 imóvel principal estaria apto a atender as necessidades do Conselho e esclarecendo que as
53 outras construções, como acréscimo de dois banheiros extras, churrasqueira, biblioteca,
54 salão de eventos e dois banheiros extras poderiam ser realizadas com o imóvel ocupado,
55 onde teríamos que conviver com obras, mas essa situação poderia ser evitada adiando a
56 entrada. Colocou que a demora em apresentar o contrato se deu devido ao valor das obras.
57 O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que a possibilidade de conseguirmos a
58 Casa Gomm foi descartada pelo Secretário de Cultura. Relatou que foi protocolado pedido
59 de imóvel de propriedade do Estado na Secretaria de Administração, sendo que o Secretário
60 foi bastante receptivo e informou que isso já aconteceu outras vezes e se colocou à
61 disposição para conseguir um imóvel para o CAU/PR, tendo se comprometido a falar com o
62 Secretário da Cultura sobre a casa Gomm. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
63 colocou ainda duas outras possibilidades de imóveis na Av. Barão do Rio Branco e
64 manifestou ser contrário ao aluguel da casa da Augusto Stelfeld devido à dificuldade de
65 convivência: se já foi difícil assinar o contrato, pode-se imaginar a convivência diária.
66 Pedindo a palavra o conselheiro suplente ADOLFO SAKAGUTI disse que visitou a casa Gomm
67 e que ali há poucas coisas a fazer e o único problema seria salas para reuniões, que não
68 existem. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que o CAU/PR nunca deixou
69 de procurar outros imóveis e que existem opções, no Designer Center, de duas salas, uma no
70 primeiro e outra no terceiro andar; tendo proposto dar continuidade às negociações com o
71 Estado, privilegiando bens tombados e o aluguel das salas mencionadas. Pelo conselheiro
72 titular ORLANDO BUSARELLO foi dito que a possibilidade do Conselho obter concessão de
73 uso de imóvel do Estado é muito remota e se isso acontecer o CAU terá que se enquadrar na
74 Lei 866 para fazer as reformas, entende que é o presidente quem está no dia a dia dos
75 trabalhos e acredita que o Designer Center pode atender às necessidades do Conselho, mas
76 acha temerário esperar imóvel do Estado. O conselheiro titular CARLOS HARDT colocou que
77 algumas variáveis devem ser consideradas, anteriormente tínhamos pressa, e agora parece
78 que não há mais tanta pressa. Questionou se o recurso destinado para implantação do
79 CAU/PR, é para aquisição ou para o aluguel. Pelo presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi
80 esclarecido que os recursos são para instalação no sentido amplo e, acrescentou que
81 estamos sem condições de trabalho, não há espaço para fazer reunião, sem que as pessoas
82 parem de trabalhar. O conselheiro titular CARLOS HARDT concluiu então, que se existe a
83 alternativa de alugar duas salas, isso significa mais tempo para ir atrás de outro imóvel. O
84 presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que temos duas salas prontas para uso e
85 propôs: que essas sejam alugadas, com opção de rescisão a qualquer momento, e se
86 mantenha a insistência junto às secretarias estaduais, o que foi aprovado pelo plenário.-.-.-.-

87 **2.2. Relato Reunião Comissão Nacional de Ética.**-----

88 Com a palavra a conselheira titular MARLI ANTUNES AOKI relatou sua ida ao encontro de
89 ética em Recife ocorrida no final de junho, leu a pauta da reunião, apresentou as propostas
90 (anexo I) tiradas naquela ocasião com relação aos tramites dos processos éticos e solicitou
91 que o plenário se manifestasse a respeito. Com relação à primeira parte das propostas
92 apresentadas – da distribuição das denúncias - a Assessora Jurídica CLÁUDIA CRISTINA
93 TABORDA DE SOUZA LOBO esclareceu que cabe à comissão de ética, após a análise,
94 determinar se a infração cometida foi falta ética ou não, assim as propostas a e b, devem



95 ser descartadas. A denúncia ética tem que passar pela mão do fiscal, o sigilo deverá ser
96 mantido, e é o fiscal quem diz o que ele viu que está acontecendo. Para a assessora jurídica
97 retro nominada, a melhor proposta é a 3ª, onde o fiscal seria o triador, uma vez que, dado
98 ao volume de serviço, não é interessante que todo processo passe pela mão do presidente.
99 Com a palavra o conselheiro federal LAÉRCIO LEONARDO ARAÚJO esclareceu que a segunda
100 parte da Resolução 25 diz respeito à aceitação das denúncias e uma outra resolução, que
101 ainda está em discussão é que tratará do trâmite processual. A seu ver, a comissão de ética
102 é quem deve fazer a triagem dos processos. A assessora jurídica CLÁUDIA CRISTINA
103 TABORDA DE SOUZA LOBO colocou que discorda da posição defendida pelo conselheiro
104 federal Laércio Leonardo Araújo, porque entende que os prazos não conseguiriam ser
105 vencidos se assim fosse. Para ela, caberia aos fiscais fazer relato dos processos para a
106 comissão de ética. O conselheiro titular CARLOS HARDT colocou-se contrário a isso, a seu ver
107 deveria existir um assessor para fazer o relato à comissão de ética. O presidente JEFERSON
108 DANTAS NAVOLAR esclareceu que não há necessidade de uma posição para o dia 04, mas é
109 necessário um encaminhamento até o dia 19, para a próxima plenária do CAU/BR. Para ele,
110 é fundamental que o CAU/PR tenha uma posição com relação às questões éticas e tem
111 condições de fazer isso. Solicitou à assessora jurídica que faça uma minuta com a proposta
112 do CAU/PR. Pedindo a palavra, o conselheiro federal LAÉRCIO LEONARDO ARAÚJO pontuou
113 que agora existe um cronograma do CAU/BR para discussão de todas as questões e que o
114 CAU/PR precisa adaptar-se a esse cronograma. Logo após, a conselheira titular MARLI
115 ANTUNES DA SILVA AOKI colocou o item 2 das propostas - da admissibilidade – que foi
116 aprovado por unanimidade. Em seguida a mesma conselheira sugeriu antecipação da data
117 da reunião plenária a fim de ser coincidente com o encontro da comissão de ética em
118 agosto. O presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR consultou o plenário sobre essa
119 possibilidade, que foi aprovada. Em seguida colocou o que tem pensado acerca da
120 fiscalização no Paraná: temos acesso diário aos RRTs pagos no Paraná, o assessor de
121 planejamento está preparando um gráfico que nos alimentará, dando a direção da
122 fiscalização. Sugeriu a criação de módulos de fiscalização, com um fiscal na capital e dois no
123 interior, sendo que esses poderiam ser os representantes do CAU/PR. Em seguida passou a
124 palavra ao assessor de planejamento HELIO BOTTO DE BARROS, o qual explicou o gráfico,
125 que demonstra a emissão de RRT em todos os municípios e possibilita a análise regional.
126 Pelo presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, a prioridade do CAU/PR deve ser a de levar
127 arquitetura a quem não tem. Pelo conselheiro titular CARLOS HARDT foi dito que antes de
128 implantar essas coisas é importante definir qual o papel desse escritório, fiscalizar o
129 arquiteto, a arquitetura ou edificações feitas sem arquitetos. O conselheiro federal LAÉRCIO
130 LEONARDO ARAÚJO colocou que esse escritório deve estar preparado para extrapolar o nível
131 de fiscalização, atendendo às necessidades dos arquitetos e da sociedade. O presidente
132 JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que o tema é apaixonante e temos todas as
133 ferramentas e apresentou sua ideia para o modelo paranaense de fiscalização: “Aqui tem
134 arquitetura”, em que a fiscalização não é feita na obra, mas nas construtoras, no projeto, ou
135 seja, uma fiscalização preventiva. Pedindo a palavra o conselheiro titular LUIZ BECHER
136 sugeriu que a participação no pacto global fosse postergada em face das prioridades que se
137 apresentam, o que foi aprovado. A seguir, o presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
138 registrou seu contentamento em ter a presença dos dois conselheiros federais nesta reunião
139 e passou a palavra ao conselheiro federal LAÉRCIO LEONARDO ARAÚJO que relatou as
140 estratégias do CAU/BR com relação ao PL dos paisagistas e do salário mínimo profissional e
141 colocou que precisamos dos parlamentares, solicitando que cada um dos conselheiros que



142 trabalhem junto aos seus deputados federais no sentido de que solicitar que esses
143 defendam os interesses da categoria, com relação aos PL que envolvem arquitetos e
144 urbanistas. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que o conselheiro suplente
145 João Carlos Diório foi designado assessor parlamentar do CAU/PR, através da Portaria 05/12,
146 de 05 de julho corrente, o que foi aprovado pela plenária. O conselheiro titular Claudio Forte
147 Maiolino pediu a palavra, sendo que o presidente alertou-o acerca do adiantado da hora e
148 sugeriu que a reunião fosse encerrada com sua fala. Com a palavra o conselheiro titular
149 CLAUDIO FORTE MAIOLINO relatou que houve pedido de orientação do IPHAN, sobre como
150 proceder nos editais, o que foi respondido com a produção de documento esclarecendo as
151 áreas de atribuição do arquiteto, que não são compartilhadas (anexo II). Propôs que o
152 documento fosse analisado.....
153 **2.4. Relato Financeiro.....**
154 Apresentada a relação das despesas realizadas nos meses de maio e junho, as mesmas
155 foram aprovadas pelo plenário.....
156 **Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente reunião, às quatorze horas e quinze**
157 **minutos de 02 de julho de dois mil e doze, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto JEFERSON**
158 **DANTAS NAVOLAR, declarou encerrada esta Reunião de nº 009 do CAU/PR.** Para constar
159 eu, Claudia C. Taborda de S. Lobo , Secretária Ad hoc do CAUPR, lavrei a presente Ata que,
160 depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será
161 rubricada por mim em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo senhor
162 Presidente para que produza os efeitos legais.....
163

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR

CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO
Secretária Ad hoc